...continuação

LET'S Rent a Car S.A. e Controlada - CNPJ: 00.873.894/0001-24

possui negócios nas áreas de logística, transporte rodoviário, transporte aéreo, comércio de veículos e peças e energias renováveis. **Movimentação societárias:** Em 31 de outubro de 2023, foi aprovado em AGE a incorporação do patrimônio das empresas EMG PARTICIPAÇÕES LTDA e EMAA PARTICIPAÇÕES S.A pela LET'S RENT A CAR S.A., conforme anunciado ao mercado nos eventos subsequentes do ITR referente ao terceiro trimestre de 2023. A Estrutura societária da Let's está assim representada:

1.1 Aquisições de controladas: Aquisição de controladas - **Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S.A.** - **EBEC** - A companhia, celebrou Contrato de Compra e venda da totalidade das quotas/ações representativas do capital social da EMAA Participações S/A e da EMG Participações Ltda ("Sociedades"), holdings que não possuem operação, e titulares da totalidade do capital social da Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S.A. - EBEC. A aquisição da EBEC está alinhada com a estratégia de crescimento do Grupo Vix na atividade de Gestão e Terceirização de Frota (GTF) e de consolidação de sua subsidiária LET'S Rent a Car como um relevante player no mercado nacional, e tem como objetivo trazer para a Companhia uma importante expansão de sua carteira de clientes e abrangência geográfica, bem como uma posição diferenciada no atendimento ao segmento de pick-ups 4x4, visando sempre uma contínua e sustentável geração de valor para todos os seus stakeholders. A EBEC, com 60 anos, atuou inicialmente na prestação de serviços no setor de engenharia até 1990, a partir de quando expandiu suas atividades para o mercado de gestão e terceirização de frotas. Atualmente, opera exclusivamente no ramo de locação de veículos, com foco em veículos com tração nas duas rodas, de modo a atender principalmente o setor de mineração, estando presente em todos os estados brasileiros. Por meio desta aquisição, a Companhia dá mais um importante passo em sua estratégia de crescimento inorgânico, que visa ampliar sua escala e competitividade em seus segmentos de atuação por meio da combinação de negócios com players alinhados aos seus propósitos, valores e visão de futuro, enquanto sempre preservando seus diferenciais, forma de atuação e melhores práticas. Em março de 2023, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou, sem restrições, a operação de compra. O processo de aquisição foi concluído em abril de 2023, após todas as condições precedentes e legais da operação terem sido atendidas. **a) Contraprestação transferida:** A partir de 01 de abril de 2023, a Companhia passou a deter o controle direto da EMAA Participações S/A e da EMG Participações Ltda e titularidade de todas as ações/quotas e, consequentemente, a totalidade do capital social da Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S.A. - EBEC. O preço de aquisição foi R$ 307.596 (trezentos e sete milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais), considerando: (i) o montante de R$137.723 (cento e trinta e sete milhões, setecentos e vinte e três mil reais) pagos em 12 de abril de 2023; (ii) o montante de R 123.734 (cento e vinte e três milhões, setecentos e trinta e quatro mil reais) a serem pagos em 36 (trinta e seis) prestações iguais, mensais e consecutivas, e (iii) o montante de R$ 46.139 (quarenta e seis milhões, cento e trinta e nove mil reais) em prestação única na data do 5º (quinto) aniversário da data de Fechamento. A contraprestação transferida total a valor justo é de R$ 307.596. Deste total, R$ 155.529 está registrado no passivo da Companhia, conforme nota explicativa nº 18. Os pagamentos que compõem a Segunda Parcela e a Terceira Parcela serão corrigidos de acordo com a variação correspondente a 100% (cem por cento) do CDI, acrescidos de sobretaxa de 1% (um por cento) ao ano, calculados pro rata die, desde a data de Fechamento até a data do efetivo pagamento. Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a Companhia passou a deter o controle da EMAA Participações S/A e da EMG Participações Ltda. De acordo com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraparti ta transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. A aquisição teve efeito a partir de 1º de abril de 2023. Com isso, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir desta data, com base no laudo econômico-financeiro emitido por empresa de avaliação independente em 03 de outubro de 2023, cujos montantes estão descritos nos itens "b" e "c" abaixo. Se a aquisição da EBEC tivesse sido concluída no primeiro dia do exercício fiscal, as receitas consolidadas na Companhia para o exercício teriam sido de R$ 1.049.788 e o lucro consolidado teria sido de R$ 80.889, enquanto para o exercício compreendido da data de assunção do controle até 31 de dezembro de 2023 as receitas da adquirida foram de R$ 262.829 e o resultado R$ 8.185. **b) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos a valor justo:** Abaixo apresentamos o balanço da sua controlada EMAA Participações Brasileira de Engenharia e Comercio S.A - EBEC, com a avaliação do valor justo dos ativos e passivos na data de aquisição:

	01/04/2023	Ajustes	Valor Justo
Ativo			
Ativo Circulante	122.283	-	122.283
Caixa e equivalentes de caixa	41.537	-	41.537
Títulos e Valores Mobiliários	10.609	-	10.609
Clientes	36.907	-	36.907
Outros créditos	33.230	-	33.230
Ativo não circulante	578.516	50.192	628.708
Outros créditos	20.458	-	20.458
Imobilizado	558.055	24.263	582.318
Intangível	3	25.929	25.932
Relacionamento com Clientes	-	6.488	6.488
Marcas e Patentes	3	19.441	19.444
Total do Ativo	700.799	50.192	750.991
Passivo	01/04/2023	Ajustes	Valor Justo
Passivo circulante	241.236	-	241.236
Fornecedores	76.186	-	76.186
Obrigações trabalhistas	4.038	-	4.038
Obrigações tributárias	2.493	-	2.493
Empréstimos e financiamentos	158.519	-	158.519
Passivo não circulante	294.172	-	294.172
Empréstimos e financiamentos	259.552	-	259.552
IR e contribuição social diferidos	31.996	-	31.996
Outros	2.624	-	2.624
Patrimônio Líquido	165.391	50.192	215.583
TOTAL DO PASSIVO	700.799	50.192	750.991

"Não demonstrações financeiras individuais, os efeitos de mais-valia e ágio estão apresentados na linha de investimentos.

c) Mensuração e valor justo: A contabilização inicial da aquisição foi apurada com base na melhor estimativa da Companhia, considerando premissas e metodologia apropriadas para alocação do preço de compra. Essa contabilização considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1). O valor justo de ativos tangíveis e intangíveis da EBEC (carteira de clientes e a marca) foi determinado pelas abordagens de: • Marcas: a metodologia de avaliação foi de Royalties Evitados ("*Royalty Relief*"). Esta metodologia assume que o ativo intangível tem um valor justo baseado nos rendimentos dos royalties que podem ser atribuídos a ele. Esse rendimento envolvendo royalties representa as economias do proprietário do ativo, o que não precisa pagar royalties a um terceiro pela licença para usar o ativo intangível. • Relacionamento com clientes: a metodologia de avaliação foi o método de rentabilidade excedente em exercícios múltiplos ("*Multi-period Excess Earnings Method*"). Esta abordagem considera que os fluxos de caixa são calculados baseado no valor previsão de rentabilidade das de caixa relacionadas ao ativo avaliado. • Imobilizado: a metodologia de avaliação utilizada foi abordagem de mercado que considera na estimativa do valor justo mediante a comparação de transações recentes envolvendo ativos semelhantes. **d) Ágio:** O ágio é atribuído principalmente para a rentabilidade futura da empresa e às sinergias esperadas na integração da entidade ao negócio existente. O ágio reconhecido será dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social no momento da alienação ou incorporação. O laudo de avaliação do ativo imobilizado, detalhou ajuste a valor justo no montante de R$ 24.263. Essa mais-valia dos ativos adquiridos refere-se à cidade operacional e o valor residual dos bens do imobilizado da adquirida. Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de Investimentos. Já nas demonstrações consolidadas, está apresentado como imobilizado, conforme nota explicativa nº 12. Para a mais valia dos ativos intangíveis, o laudo de avaliação também detalhou ajuste a valor justo no montante de R$ 25.929. Essa mais-valia dos ativos adquiridos refere-se ao valor justo da marca e contratos formais com clientes. Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de Investimentos. Já nas demonstrações consolidadas, está apresentado como intangível, conforme nota explicativa nº 15. A tabela a seguir resume o cálculo do ágio na data da transação:

Descrição	Valor
Total contraprestação transferida	307.596
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	215.582
Ágio - Goodwill	92.014

2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade apresentava capital circulante negativo no montante de R$ 46.747 na controlada, adicionalmente a capacidade da Companhia e de sua controlada em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não tomamos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia e de sua controlada em continuar operando. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras para o encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para a emissão pela diretoria em 13 de março de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data. Adicionalmente, informamos que como adquirimos a Controlada em 1 de abril de 2023, este é o primeiro ano de consolidação e o resultado consolidado contempla apenas oito meses da investida. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras da Let's e sua controlada EMAA, EMG (incorporadas em 01 de novembro de 2023) e EBEC são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***a) Transações em moedas estrangeiras:*** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconhecidos para a moeda funcional a taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes: • investimento em títulos patrimoniais designados a VJORA (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são reclassificadas para o resultado); • um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo. ***b) Operação no exterior:*** Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido (vide nota 21). **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados e divulgados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas: • nota explicativa nº 6(i) - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • nota explicativa nº 17 - arrendamentos a pagar: principais premissas em relação a taxa de desconto implícita; • nota Explicativa nº 13, 14 e 15 - depreciação e amortização: principais premissas em relação a estimativa da vida útil de itens do imobilizado e direito de uso e intangível; • nota Explicativa nº 19 - reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • nota Explicativa nº 22.2 - imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra o qual diferenças temporárias serão dedutíveis; e **2.4 Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua Controlada e sua distribuição durante o exercício e apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme requerido pela legislação societária brasileira e demais práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos custos e despesas e pelo valor adicionado recebido em transferência. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre impostos, taxas e contribuições, pessoal, remuneração de capital de terceiros e remuneração do capital próprio. **2.5 Base de consolidação e investimentos:** As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em subsidiárias pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais da Let's e da sua controlada .Na consolidação, foi eliminado a participação da controladora sobre os patrimônios líquidos das subsidiárias, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas decorrentes de transações efetuadas e lucros não realizados entre as empresas. As demonstrações financeiras consolidadas inclue a controlada EBEC, conforme apresentado na nota explicativa nº 1. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Os saldos e transações entre as Companhias assim como os ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados proporcional à participação mantida pela controladora da Companhia na investida e, as perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As políticas contábeis da controlada foram alteradas quando necessário para se adequarem às subsidiárias que fazem parte do consolidado. **3. Principais políticas contábeis:** A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis da maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas e resumidas nas notas explicativas de respectiva rubrica. **3.1 Combinações de negócios** Combinações de negócios é contabilizada usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma das contraprestações transferidas, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será mensurada a valor justo na data de aquisição. Inicialmente, a mais-valia é mensurada como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, a mais-valia é mensurada pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, a mais-valia adquirida em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocada a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando uma mais-valia for parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, a mais-valia associada à parcela alienada deve ser incluída no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. A mais-valia alienada nessas circunstâncias é apurada com base na parcela proporcional da mais-valia alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **3.2 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros** *(Impairment)*: A Companhia avalia, ao fim de cada exercício, se há alguma indicação de redução do valor recuperável de seus ativos não financeiros (estoques, ativos imobilizado, ativos intangíveis, ativos contratuais e impostos diferidos). Se houver tal indicação, uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.3 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e adotados pela Companhia no exercício corrente: Normas novas e normas aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2023** - As principais novas normas ou alteração de normas e interpretações que são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023 estão mencionadas abaixo. Não foram identificados efeitos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas oriundos da adoção dessas normas novas e/ou alteradas: • CPC 50/ IFRS 17 - Contratos de Seguros; • Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo julgamentos de materialidade; e, • Alterações à IAS 12/CPC 32 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação e reforma tributária internacional - Regra do modelo do pilar dois.. **Normas novas e normas revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alterações à IFRS 16/CPC 06 - Passivo de arrendamento em uma Transação de Venda e Leaseback; • Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) - Passivos Não Circulante com "Covenants"; • Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição na forma de ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture; e • Alterações CPC 09 (IAS 7 / IFRS 7 - Divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A administração da Companhia entende que, quando em vigor, tais normas ou interpretações não irão possuir impactos significativos em sua adoção. **4. Classificação contábil e valores justos:** *4.1.1 Ativos financeiros e passivos financeiros e (ii) Classificação e mensuração de ativos financeiros:* Os ativos financeiros da Companhia e sua controlada são classificados e mensurados ao custo amortizado. **(iii) Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. *4.1.2 Ajuste a valor presente (AVP) dos ativos e passivos monetários:* Os ativos não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes não é relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, e, desta forma, não registrou nenhum ajuste. *4.1.3 Impairment de ativos financeiros:* **Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia e sua controlada provisiona no final de cada exercício do relatório as perdas de crédito esperadas de ativos financeiros ou a grupo de ativos financeiros. Os critérios que a Companhia usa para determinar uma provisão por *impairment* incluem: • análise interna de *rating* por cliente de forma individual; • percentual de perdas histórico dos últimos exercícios (peso = 50%); e • média aritmética do percentual de perdas definido para cada *rating* pelas agências (peso = 50%). A provisão de *impairment* de ativos financeiros é reconhecida diretamente no resultado do exercício ou exercício. **4.2 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia e sua controlada faz uso de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira (hedge de fluxo de caixa) utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício ou exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido. *4.2.1 Hedge de fluxo de Caixa:* Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes. A parcela efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecida em outros resultados abrangentes é mantida no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer parcela não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. **5. Classificação e valores justos:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia classifica seus ativos e passivos no Nível 2 no modelo de avaliação do valor justo apresentado.

LET'S Rent a Car S.A. e Controlada

Controladora				
		Valor Contábil		Valor justo
31 de dezembro de 2023	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total	Nível 2
Ativos conforme balanço patrimonial				
Títulos e valores mobiliários	38.058	-	38.058	38.058
Contas a receber de clientes	-	85.931	85.931	-
Contas a receber de clientes partes relacionadas	-	1.313	1.313	-
Créditos com partes relacionadas	-	1	1	-
Outras contas a receber	-	1.172	1.172	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	429.569	429.569	-
Debêntures e Notas comerciais	-	308.573	308.573	-
Arrendamento mercantil	-	4.568	4.568	-
Fornecedores	-	21.777	21.777	-
Fornecedores partes relacionadas	-	1.066	1.066	-
Débito com partes relacionadas	-	235	235	-
Outras contas a pagar	-	159.675	159.675	-
Operações com derivativos	22.199	-	22.199	22.199
Consolidado				
Ativos conforme balanço patrimonial				
Títulos e valores mobiliários	38.058	-	38.058	38.058
Contas a receber de clientes	-	132.237	132.237	-
Contas a receber de clientes partes relacionadas	-	1.244	1.244	-
Créditos com partes relacionadas	-	1	1	-
Outras contas a receber	-	1.505	1.505	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	525.408	525.408	-
Debêntures e Notas comerciais	-	779.321	779.321	-
Arrendamento mercantil	-	6.319	6.319	-
Fornecedores	-	48.859	48.859	-
Fornecedores partes relacionadas	-	1.087	1.087	-
Outras contas a pagar	-	172.539	172.539	-
Operações com derivativos	25.893	-	25.893	25.893

Controladora				
		Valor Contábil		Valor justo
31 de dezembro de 2022	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total	Nível 2
Ativos conforme balanço patrimonial				
Títulos e valores mobiliários	193.306	-	193.306	193.306
Contas a receber de clientes	-	241.817	241.817	-
Contas a receber de clientes partes relacionadas	-	155	155	-
Créditos com partes relacionadas	-	5.872	5.872	-
Operações com derivativos	625	-	625	625
Outras contas a receber	-	30.801	30.801	-
Dividendos a Receber	-	15.861	15.861	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	196.954	1.721.718	1.918.672	2.760.938
Fornecedores	-	24.102	24.102	-
Fornecedores partes relacionadas	-	1.494	1.494	-
Débito com partes relacionadas	-	147	147	-
Outras contas a pagar	-	7.544	7.544	-
Dividendos a pagar	-	7.370	7.370	-

5.1 Mensuração do valor justo: Abaixo, apresentamos as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os *inputs* não observáveis utilizados. *Títulos e valores mobiliários* - O valor justo é estimado considerando: (i) preços cotados ativais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido com base usando taxas de desconto derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de crédito similares, ajustados por um fator de liquidez. Operações com derivativos - O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros são elaboradas considerando as taxas pré-fixadas negociadas em cada uma das operações acrescidas da curva futura dos indexadores de cada operação. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa de valor justo está sujeita a um grau de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e da contraparte, calculado pelos preços atuais de títulos negociados. **5.2 Valor justo hierárquico:** Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referentes a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo cotados não ajustados na forma que seja possível estar acessível diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo; • Nível 2 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado; e • Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício. **6. Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Companhia e sua controlada possuem uma Política de Gestão de Riscos que estabelece as diretrizes necessárias para que a gestão dos Riscos Corporativos seja eficiente, eficaz e permeie toda a Companhia e sua controlada. O principal objetivo da Gestão de Riscos é proporcionar maior segurança para a tomada de decisões e gestão estratégica dos negócios, por meio da identificação dos riscos corporativos aos quais a Companhia e sua controlada estão expostas, além do atendimento às normas internas e à legislação aplicável. A gestão de riscos corporativos tem como foco identificar, diagnosticar e tratar os riscos que podem afetar a rentabilidade, a sustentabilidade, a perpetuidade e a sobrevivência, mais sua redução do valor da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada também analisam periodicamente o comportamento de seus indicadores e adota uma postura conservadora na gestão de seus recursos financeiros. A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: (i) risco de crédito; (ii) risco de liquidez e (iii) risco de mercado. ***Estrutura de gerenciamento de risco:*** O Conselho de Administração da Companhia e sua controlada tem responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Riscos e Auditoria, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Riscos e Auditoria da Companhia e sua controlada supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais as mesmas estão expostas. O Comitê de Riscos e Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado desses procedimentos é reportado para o Comitê de Riscos e Auditoria. **(i) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Contas a receber e outros recebíveis:** A exposição da Companhia e sua controlada a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Companhia estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia e sua controlada apresentarem uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia e sua controlada inclui a avaliação de *ratings* externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados anualmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação do Comitê de Risco e Auditoria. A Companhia e sua controlada limitam a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo de vencimento de pagamento de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente**.** A Companhia e sua controlada adotam procedimentos específicos de seletividade e análise de carteira de recebíveis, visando a prevenir perdas por inadimplência. A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna e externa de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber e outros recebíveis, bem como a composição por classe de vencimento e o registro de provisão para perdas esperadas referentes a contas a receber e outros recebíveis, está apresentada na nota explicativa nº 9. **Avaliação da perda esperada de crédito para clientes:** A Companhia e sua controlada classificam internamente toda carteira de acordo com o risco de crédito que representa para cada potencial cliente/credor. A avaliação e classificação são definidas pelo comprometimento de pagamento de cada cliente e o seu potencial dentro do negócio da Companhia, além de uma avaliação comercial feita pelas diretorias operacionais e financeira. A Companhia e sua controlada fornecem a exposição de perda de crédito esperada do contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Controladora	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022		
	Taxa média ponderada de perda	Saldo contábil bruto	Provisão para perda	Problemas de recuperação de crédito	Taxa média ponderada de perda	Saldo contábil bruto	Provisão para perda	Problemas de recuperação de crédito
A faturar	14,63%	16.749	(2.449)	Não	0,00%	10.894	(29)	Não
A vencer	19,14%	63.200	(294)	Não	0,38%	48.797	(411)	Não
Vencidos até 30 dias	4,41%	4.382	(14)	Não	3,00%	3.132	(119)	Não
Vencidos de 31 a 90 dias	22,84%	1.536	(66)	Não	14,69%	5.170	(4.380)	Não
Vencidos de 91 a 180 dias	48,44%	982	(418)	Não	16,57%	755	(490)	Não
Vencidos há mais de 180 dias	49,60%	7.768	(7.735)	Não	19,12%	1.586	(1.123)	Não
		94.497	(8.566)			70.334	(6.552)	

Consolidado				
	Taxa média ponderada de perda	Saldo contábil bruto	Provisão para perda	Problemas de recuperação de crédito